

CARTA DA SOCIEDADE CIVIL AOS REPRESENTANTES DO PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DA BAIXADA FLUMINENSE PARA APRESENTAÇÃO DE PLANOS DE INVESTIMENTO PARA USO DAS OUTORGAS DA CONCESSÃO DA CEDAE

Aos Excelentíssimos Prefeitos de Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Duque de Caxias e Magé

Aos Excelentíssimos Vice-Prefeitos de Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Duque de Caxias e Magé

Aos Excelentíssimos Secretários de Governo, Fazenda e Planejamento de Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Duque de Caxias e Magé

Aos Excelentíssimos Vereadores das Câmaras Municipais de Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Duque de Caxias e Magé

Aos Excelentíssimos presidente da Mesa Diretora das Câmaras Municipais Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Duque de Caxias e Magé

Aos Excelentíssimos Vereadores presidentes das Comissões Permanentes das Câmaras Municipais de Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Duque de Caxias e Magé

No ano de 2021 o Senado Federal aprovou o projeto de emenda constitucional nº 04/2018, que incluiu o acesso à água potável na lista dos direitos fundamentais do cidadão. Para inclusão na Constituição Federal a emenda ainda será apreciada pelo Congresso Federal. Por outro lado, o Congresso Federal alterou a Política Nacional de Saneamento (Lei 11.445/2007) por meio da aprovação da **Lei Federal 14.026/2020** que ficou conhecida como “Novo Marco Regulatório do Saneamento”. Essa lei aprofundou o processo de mercadorização das águas no Brasil e, no caso do Rio de Janeiro, incentivou o processo de concessão da Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro (Cedae) à iniciativa privada. Esse processo se concretizou com o leilão do dia 30 de abril de 2021 e com a assinatura do contrato entre o governo do estado e as empresas vencedoras do leilão nos dias 11 e 12 de agosto de 2021. As empresas são as seguintes:

Consórcio Aegea¹, cujo nome fantasia é **Águas do Rio**, será responsável pela prestação de serviço nos bairros da zona sul, centro e zona norte do município do Rio de Janeiro, assim como pelos municípios da Baixada Fluminense², São Gonçalo e mais 16 municípios do interior do estado³, e o **Consórcio Iguá Saneamento S.A.⁴**, será responsável pela prestação de serviços nos bairros da Barra da Tijuca e Jacarepaguá do Rio de Janeiro, além dos municípios de Miguel Pereira e Paty do Alferes.

Tendo em vista que ambas empresas pagaram juntas uma **outorga de 22,6 bilhões de reais** pela concessão dos serviços de distribuição, coleta e tratamento de esgoto pelos próximos 35 anos, dos quais **14,4 bilhões** ficarão para o estado e **7,6 bilhões** com os 29 municípios que participaram do leilão, e que **estes recursos são de uso**

¹ AEGEA Saneamento e Participações S.A. tem entre seus controladores o Fundo Soberano de Cingapura, a Corporação Financeira Internacional (do Banco Mundial) e o grupo Itaú.

² Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Duque de Caxias e Magé

³ Aperibé, Cachoeiras de Macacu, Cambuci, Cantagalo, Cordeiro, Casimiro de Abreu, Duas Barras, Itaboraí, Itaocara, Maricá, Miracema, Rio Bonito, Saquarema (3º Distrito), São Francisco de Itabapoana, São Sebastião do Alto, Tanguá.

⁴ A Iguá Saneamento tem entre seus controladores o Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB) que é um Fundo de Pensão de Trabalhadores Canadenses e o BNDES Participações S.A, que é uma subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que foi o responsável pelo modelo de concessão.

livre, ou seja, não estão vinculados a políticas específicas ou gastos determinados pelo orçamento; a sociedade civil está preocupada com o destino que será dado a esses recursos. Informações na mídia indicam que estes recursos entrarão nos cofres municipais em três parcelas, sendo a primeira já em 2021, a segunda em 2022 e a última em 2025. Assim, gostaríamos de saber **qual o plano de investimento de cada um dos municípios da Baixada Fluminense?**

Apenas no ano de 2021 entrarão nos cofres públicos da Baixada Fluminense os seguintes valores: Duque de Caxias (R\$ 393 milhões); Nova Iguaçu (R\$ 350 milhões); Belford Roxo (R\$ 218 milhões); São João de Meriti (R\$ 201 milhões), Magé (R\$ 132 milhões), Mesquita (R\$ 75 milhões); Nilópolis (R\$ 69 milhões); Queimados (R\$ 64 milhões) e Japeri (R\$ 44 milhões).

Comparando alguns gastos orçamentários de 2021, observamos que os valores das outorgas representam um montante de recursos significativos. Por exemplo, os R\$ 393 milhões que serão recebidos pelo município de Duque de Caxias são suficientes para construir 2,3 Estações de Tratamento de Esgoto do Morro do Motocross, que foi orçada em R\$ 40 milhões (PAC/2007), mas acabou tendo vários aditivos orçamentários ao longo dos anos, custando ao fim 167,2 milhões (CEDAE/2020). Outro exemplo são os R\$ 350 milhões que serão recebidos por Nova Iguaçu, que são suficientes para construir 5,6 unidades do Hospital Modular de Nova Iguaçu. que custou R\$ 62 milhões de reais de acordo com o governo estadual⁵.

Um **plano de investimentos** para uso das outorgas da concessão da Cedae é necessário porque:

i) A origem destes recursos é a dilapidação do patrimônio público da Cedae que era a única empresa superavitária do Estado do Rio de Janeiro, portanto, não pode servir para subsidiar obras públicas sem transparência e controle social, que favoreçam aos interesses do mercado e de suas corporações imobiliárias, tão pouco pode ser utilizado para financiar a campanha eleitoral de 2022. **Os representantes do legislativo municipal devem cobrar a apresentação do Plano de Investimento, por parte do executivo, além de submetê-lo à Consulta Pública e Audiências Públicas.**

ii) Nos últimos anos os ex-governadores Sérgio Cabral Filho (PMDB) e Luiz Fernando Pezão (PMDB), que governaram o estado no período de 2007-2014 e 2015-2018 respectivamente, foram condenados por crimes cometidos contra o patrimônio público durante o exercício de suas funções. Já Wilson Witzel (PSC), que prometeu na campanha combater a corrupção dos servidores públicos no seu governo por meio de “teste de honestidade”⁶, acabou se tornando o primeiro governador a ser cassado em um processo de impeachment, desde a redemocratização do país, sob a acusação de corrupção na área da Saúde durante a pandemia de Covid-19. **Representantes do executivo devem realizar uma gestão responsável dos recursos públicos.**

iii) A população estimada da Baixada Fluminense é de 3.908.510 (IBGE, 2020) e algumas de suas cidades estão entre as cem cidades mais populosas do país. Três dessas cidades estão entre as que possuem as piores redes de coleta de esgoto: Belford Roxo, Duque de Caxias e São João de Meriti. A situação do restante das cidades da região se revela ainda mais preocupante, uma vez que algumas delas não publicam seus dados de coleta/tratamento de esgoto ou o fazem de forma parcial. Ou seja, não há transparência na prestação dos serviços o que dificulta o controle social dos objetivos e metas de universalização do saneamento. **Representantes do executivo e do legislativo devem estar cientes de quais são as metas e os prazos para que o Consórcio Aegea melhore os serviços de saneamento na Baixada Fluminense.**

iv) Segundo dados do Mapa da Desigualdade 2020, as cidades da Baixada nunca passaram de 15% de esgoto coletado. A poluição causada pelo despejo de esgoto nos rios que desaguam no Rio Guandu vem, ao longo dos anos, prejudicando a saúde dos moradores da região, que tem expectativa de vida baixíssima e doenças de veiculação hídrica. No entanto, esse problema só passou a ser notado durante os episódios de

⁵ Para maiores informações consultar:

http://www.rj.gov.br/secretaria/NoticiaDetalhe.aspx?id_noticia=5866&pl=secretaria-estadual-de-infraestrutura-inicia-obras-do-hospital-modular-de-nova-igua%C3%A7u Acesso em 31/08/2021

⁶ Para maiores informações consultar: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2018/noticia/2018/10/24/wilson-witzel-as-promessas-do-candidato-do-psc-ao-governo-do-rj.ghtml> Acesso em 23/08/2021

contingenciamento, quando para abastecer a Zona Sul a água é estancada na Baixada Fluminense, tornando permanente a intermitência do seu fornecimento em muitos bairros e a total ausência do serviço em outros tantos. A prática demonstra um retrato cruel da desigualdade e do racismo ambiental praticado pelas administrações públicas e privadas. Mesmo diante deste cenário, uma das cláusulas no contrato de concessão prevê que o Consórcio Aegea não será obrigado a atender regiões não urbanizadas, o que configura uma grave violação ao direito humano à água e ao saneamento, ao mesmo tempo que representa uma brecha comercialmente estratégica. Informações da mídia indicam que o Consórcio Aegea pretende antecipar R\$645 milhões para implantar a coleta de esgoto em Queimados e Japeri⁷, mas não está claro como será feita a fiscalização e o controle social dessa previsão. **Representantes do executivo e do legislativo destes municípios devem estar atentos às obrigações do Consórcio Aegea, haja vista que o histórico de má gestão desta empresa em outras cidades como São João de Meriti (atuou desde 2015 por meio do nome fantasia Águas de Meriti⁸), na Região dos Lagos (atua desde 1994 com nome fantasia Prólago) e em Manaus (atua desde 2000 com nome fantasia Águas de Manaus)⁹**

iv) o Estado do Rio de Janeiro vive uma de suas piores crises econômicas de sua história, enquanto a taxa média de desemprego no Brasil é 14,7%, no Estado é de 19,4%; também é um dos Estados com grau de vulnerabilidade hídrica acentuada. De acordo com o relatório do IPCC¹⁰ divulgado pela ONU, as periferias da Região Metropolitana do Rio serão as mais afetadas pelo aquecimento global. A Baixada Fluminense deve sofrer com uma crise grave de queimadas e secas nos próximos anos. **Portanto, representantes do poderes executivo e legislativo da Baixada Fluminense devem tomar medidas de médio e longo prazo que assegurem o direito humano à água e ao saneamento e que diminuam os impactos das mudanças climáticas sobre a população mais empobrecida da Baixada Fluminense.**

Isso posto, entendemos que é necessário um compromisso democrático de gestão pública por parte dos poderes executivos e legislativos dos municípios da Baixada Fluminense. Principalmente num cenário de pandemia, em que a maior parte das Câmaras Municipais não está permitindo acesso da população ao plenário nem transmitindo as sessões de forma online. A sociedade civil reivindica o seguinte:

- Considerando os princípios constitucionais da administração pública relacionados à legalidade, impessoalidade, moralidade administrativa, publicidade e eficiência, reivindicamos a importância de **total transparência** na definição e uso dos recursos provenientes das outorgas da CEDAE.
- Pleiteamos a apresentação, por parte do município, de um **plano de investimento**, com propostas objetivas para uso dos recursos e cronograma.
- Demandamos a criação de comitê municipal, ou institucionalidade participativa já existente, que assegure a participação de setores da sociedade civil no **controle social dos recursos** e viabilize o acompanhamento das obras e investimentos.
- Reivindicamos a implantação de **mecanismos virtuais** para a devida transparência e acesso público a informações relativas ao uso das outorgas, de forma a garantir a máxima publicidade no uso de recursos públicos.

PROPOSTAS DA SOCIEDADE CIVIL PARA OS PLANOS DE INVESTIMENTO PARA USO DAS OUTORGAS DA CONCESSÃO DA CEDAE

⁷ Para maiores informações consultar: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-08/governo-do-rio-assina-concessao-dos-servicos-de-agua-e-esgoto> Acesso em 13/09/2021

⁸ <https://casafluminense.org.br/concessao-do-esgoto-em-sao-joao-de-meriti/> aCESSO EM 13/09/2021.

⁹ Após 20 anos operando os serviços de esgoto de Manaus a Aegea não melhorou os índices de esgotamento sanitário como demonstra a tese de doutorado Sandoval Alves Rocha <https://ondasbrasil.org/a-luta-pela-agua-na-amazonia-tese-de-doutorado-sandoval-alves-rocha/> e, notícias recentes, mostram que o atual governo do Estado do Amazonas quer romper contrato com a empresa <https://veja.abril.com.br/blog/radar/manaus-tenta-romper-contrato-de-saneamento-com-compradora-da-cedae/>

¹⁰ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, órgão da Organização das Nações Unidas (ONU)

- Urbanização de **assentamentos precários** das cidades da Baixada Fluminense, em áreas urbanas e rurais, que não estão contemplados nas metas de investimento da Aegea;
- Ações de apoio às **ocupações e assentamentos rurais da agricultura familiar** existentes nos municípios da Baixada Fluminense, objetivando a melhoria das condições de infraestrutura, sobretudo no que se refere à energia, saneamento transporte e estradas, visto que as condições hoje verificadas na totalidade desses assentamentos os impedem de viver com mais dignidade, bem como de garantir a produção dos alimentos tão necessários à garantia da segurança alimentar e nutricional deles, e nossa também;
- **Programas de Educação Ambiental** a serem desenvolvidos a partir das escolas dos municípios em conjunto com as secretarias de educação, de meio ambiente, universidades e outras organizações da sociedade civil;
- **Desenvolvimento de Projetos de Coleta Seletiva** em parceria com as cooperativas de catadores/as existentes, ou a serem criadas, em cada município, como forma de geração de renda e cuidado com o meio ambiente;
- **Ações de limpeza, desassoreamento e reflorestamento da mata ciliar** dos corpos hídricos que perpassam as cidades da Baixada Fluminense;
- Ações vinculadas à Política Municipal de Defesa Civil para os municípios que possuem Defesa Civil Municipal ou à Política Estadual de Defesa Civil para os que não possuem;
- **Incentivos às tecnologias de saneamento rural e urbano de baixo custo** e criação de planos específicos para essas áreas nos municípios;
- **Criação de programas municipais de cuidados permanentes com Áreas de Proteção Ambiental dos municípios;**
- **Criação e apoio às campanhas contra as queimadas e criação de grupos de brigadistas voluntários.**
- **Criação de poços artesianos para a captação de água visando o consumo humano**, animal e para irrigação, em especial da agricultura agroecológica, observando-se as condições de potabilidade da água;
- **Ações de Recuperação de Nascentes Degradadas**, visando o consumo humano, animal e para irrigação, em especial da agricultura agroecológica, observando-se as condições de potabilidade da água;

ENTIDADES QUE SUBSCREVEM ESSA CARTA

01. ABM CONSELHO DE ENTIDADES POPULARES DE SÃO JOÃO DE MERITI
02. ÁGUA DOCE - SERVIÇOS POPULARES
03. ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BAIRRO DE JARDIM ANHANGÁ - ABAJA
04. ASSOCIAÇÃO CULTURAL PANELAS
05. ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE TRADICIONAL DOS AGRICULTORES DE PEDRA LISA E ADJACÊNCIAS
06. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COREIA
07. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO NOVA BELÉM – AMANBELEM JAPERI
08. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE QUEIMADOS
09. ASSOCIAÇÃO DE PASTORAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ASPAS
10. ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUANDAS E GRADUANDOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - APG /UENF
11. ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DAS LAGUNAS DE MARICÁ - APALMA

12. ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ASSERVISA
13. ASSOCIAÇÃO GUADÁ VIDA
14. ASSOCIAÇÃO PAMEN CHEIFA
15. ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE GEÓGRAFOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – APROGEO-RJ
16. ASSOCIAÇÃO VÓ CLEUSA
17. CAMPANHA ÁGUA BOA PARA TODOS E TODAS
18. CASA DA CULTURA DA BAIXADA FLUMINENSE
19. CASA FLUMINENSE
20. CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL – CTB-RJ
21. CENTRO DE AÇÃO COMUNITÁRIA - CEDAC
22. CENTRO DOS DIREITOS HUMANOS DE NOVA IGUAÇU
23. CINE & ROCK
24. COLETIVO CARMEN PORTINHO
25. COLETIVO DINOSSAUROS DO FUNK DO RJ
26. COLETIVO DOS HUMANOS
27. COLETIVO FILHO NOS BRAÇOS DO PAI
28. COLETIVO MARTHA TRINDADE
29. COLETIVO PRO SANEAMENTO BÁSICO DA ROCINHA
30. COLETIVOSAN - RJ
31. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
32. COMITÊ ELOS DA CIDADANIA
33. COZINHA COLHER DE PAU - MAGÉ/RJ
34. DEFENSORES DO PLANETA
35. ESCOLA DE TEATRO POPULAR - ETP
36. FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES URBANOS E RURAIS DE JAPERI - FAMEJA
37. FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL - FASE
38. FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE CACHOEIRAS DE MACACU
39. FÓRUM DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA SOCIAL – NÚCLEO RIO DE JANEIRO FMCJS/RJ
40. FÓRUM DE OPOSIÇÃO E RESISTÊNCIA AO SHOPPING - FORAS
41. FÓRUM DOS ATINGIDOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E PETROQUÍMICA NAS CERCANIAS DA BAIÁ DE GUANABARA - FAPP-BG
42. FÓRUM GRITA BAIXADA - FGB
43. FÓRUM NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL NOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS – FONASC-CBH
44. FÓRUM POPULAR PERMANENTE DE JAPERI
45. FÓRUM SOCIOAMBIENTAL DA ZONA OESTE
46. FUNDAÇÃO CDDH BENTO RUBIÃO
47. GOMÉIA GALPÃO CRIATIVO

48. GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINAR DA AÇÃO AFIRMATIVA – GEEMA/ IESP-UERJ
49. GRUPO DE PESQUISA SANEAMENTO E SAÚDE AMBIENTAL - ENSP/FIOCRUZ
50. HYDRAS DO TERRA - MST
51. INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - IBASE
52. INSTITUTO DOS SABERES DOS POVOS ORIGINÁRIOS ALDEIA JACUTINGA
53. INSTITUTO MALOCA DA CIDADANIA
54. INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL - PACS
55. LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE ÁGUAS URBANAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO DA UFRJ – LEAU/UFRJ
56. LABORATÓRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, NATUREZA E SOCIEDADE - LABPENSO – FEBF/UERJ
57. LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, AMBIENTAIS E EDUCACIONAIS DE SÃO JOÃO DE MERITI - ESPAÇO BURITI
58. MOVIMENTA CAXIAS
59. MOVIMENTAÇÃO
60. MOVIMENTO BAÍA VIVA
61. MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA – DC/RJ
62. MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO - RJ
63. MOVIMENTO PERMANENTE DE MULHERES - MP MULHERES
64. MOVIMENTO POPULAR DE FAVELAS
65. MUNDO MELHOR
66. OBSERVATÓRIO DA BAIXADA
67. PASTORAL DA CRIANÇA
68. PASTORAL DA ECOLOGIA INTEGRAL
69. PLANEJA TERÊ
70. REDE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS - REASO
71. REDE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO RIO DE JANEIRO - REARJ
72. REDE DE EDUCADORES AMBIENTAIS DA BAIXADA DE JACAREPAGUÁ
73. REDE DE MÃES E FAMILIARES DA BAIXADA FLUMINENSE
74. REDES DA ROCINHA
75. RESSUSCITA SÃO GONÇALO
76. RODA CULTURAL DE RIO DAS PEDRAS
77. SEPE
78. SINDICATO DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
79. SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO - JAPERI
80. SINDICATO DOS TRABALHADORES AS RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS DE JAPERI
81. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE INFORMÁTICA E INTERNET E SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINDPD-RJ
82. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ENTIDADES SINDICAIS - SINTESI-RJ

83. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE DO RIO DE JANEIRO - SINTSAMA
84. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PURIFICAÇÃO DE ÁGUA - SINDAGUA
85. SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, NÚCLEO DE DUQUE DE CAXIAS
86. SOCIEDADE DOS ARQUITETOS E ENGENHEIROS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SEAERJ
87. UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES - DUQUE DE CAXIAS
88. UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES - SÃO JOÃO DE MERITI
89. VISÃO COOP